



**Câmara Municipal de Conceição de Macabu - RJ - Conceição de Macabu - RJ**

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000088

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12025/03/24000088**

<b>Número / Ano</b>	000088/2025
<b>Data / Horário</b>	24/03/2025 - 15:25:49
<b>Ementa</b>	Dá nova redação ao inciso XVIII do artigo 42 e ao inciso XIV do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal (LOM) de Conceição de Macabu/RJ
<b>Autor</b>	Pedro Henrique
<b>Natureza</b>	Legislativo
<b>Tipo Matéria</b>	Emenda a Lei Orgânica
<b>Número Páginas</b>	1
<b>Número da Matéria</b>	1
<b>Emitido por</b>	AndreaFarias

C.M.C.M.  
Secretaria  
Processo nº 88/25  
Rubrica... 02



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LIDO  
25.03.25  
*[Signature]*

EMENDA N.º 001/2025 À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

4 SIM x 6 NÃO.  
REJEITADO

*[Signature]*

*Dá nova redação ao inciso XVIII do artigo 42 e ao inciso XIV do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal (LOM) de Conceição de Macabu/RJ.*

**Art. 1º** Passa a vigorar com a seguinte redação o inciso XVIII do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de Conceição de Macabu/RJ:

“Art.

42 .....

*XVIII – encaminhar pedidos escritos de informação ou de cópias de processos ou documentos ao Secretário do Município, ou ocupante de cargo da mesma natureza, importando crime de responsabilidade ou a recusa, ou o não atendimento no prazo total 25 (vinte e cinco) dias, bem como a prestação de informação falsa;*

**Art. 2º** Passa a vigorar com a seguinte redação o inciso XIV do artigo 96 da Lei Orgânica do Município de Conceição de Macabu/RJ:

“Art.

96 .....

*XIV – prestar à Câmara Municipal, dentro de quinze (15) dias, as informações solicitadas, e/ou encaminhar à Câmara Municipal, dentro de quinze (15) dias, cópias de processos e/ou documentos solicitados, podendo o prazo ser prorrogado por dez (10) dias a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados;*

**Art. 3º** Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conceição de Macabu/RJ, 24 / 03 / 25.

*[Signature]*  
Pedro Henrique Fontes Faria de Azevedo  
Vereador

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

♥ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000  
camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>

C.M.C.M.  
Secretaria  
Processo nº 2025  
Rubrica 4 F's 03



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

JUSTIFICATIVA

O projeto em análise visa compatibilizar a norma com os princípios administrativos da publicidade e eficiência, uma vez que torna mais exíguo o prazo de fornecimento de informações do poder público, evitando que ocorra grande lapso temporal entre o fato pautado e a resposta do executivo com a consequente perda do resultado útil da ação parlamentar.

  
Pedro Henrique Faria

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

Prça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000

camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br

(22) 2779-2047

<https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>

C.M.C.M.  
Secretaria

Processo nº 8868  
Rubrica 04





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

## DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR)

**REFERÊNCIA:** ELOM 1/2025 - Dá nova redação ao inciso XVIII do artigo 42 e ao inciso XIV do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal (LOM) de Conceição de Macabu/RJ.

### PARECER

A proposição em referência foi encaminhada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto pelo título II, capítulo III, seções III e IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

Constata-se que a matéria analisada está amparada na Constituição Federal e respaldada pela Lei Orgânica Municipal, bem como atende aos ditames regimentais.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto em referência.

É o nosso parecer.

*Tayguara Bueno de Souza Tavares*

**Relator**

*Carlos Augusto Paula Barbosa*

**Presidente**

*Raphael da Silva Chagas Barbosa*

**Membro**